

## PRESIDENTE DA ANFIP ESCLARECE ASSUNTOS DE INTERESSE DOS AUDITORES



Giuliano Peixoto

Vilson Romero participou de reunião com integrantes dos Conselhos Executivo, Fiscal, seus suplentes e representantes da ANFIP-MG no interior.

(COTIDIANO, pg. 3)

## TRABALHO PARLAMENTAR CONTRA O FIM DO SUBSÍDIO E DA PARIDADE ENTRE ATIVOS, APOSENTADOS E PENSIONISTAS

(COTIDIANO, pg. 3)



Arquivo: Ilva Franca

Presidente da Comissão Especial do PL 5.864/2016, o deputado Júlio Delgado (PSB/MG) (à esq.) disse que a Constituição será respeitada.



Sanderson Pereira

Integrantes dos Conselhos Executivo, Fiscal, seus suplentes e representantes da Associação no interior de Minas Gerais.

BIÊNIO 2016/2018

## REFLEXÃO SOBRE OS DESAFIOS

O discurso na cerimônia festiva de posse dos Conselhos Executivo e Fiscal foi de união, para enfrentar os desafios que se apresentam.

(EM FOCO, pg. 4)

## MUDANÇA À VISTA

O jornal O FISCAL vai mudar de nome. Ajude-nos a escolher o novo. Participe!

COTIDIANO, pg. 3

## AUDITOR TALENTO

Regina Paletta, Rita Guerra e Terezinha Franco encantam o público com belas canções.

ACONTECE, pg. 7



Ilva Franca

## VALORIZAÇÃO

As demandas que exigem a luta constante pela valorização do Auditor-Fiscal.

DEBATE, pg. 8

## EDITORIAL

## A BATALHA DO RESTO DOS DIAS

Como disse o presidente do Conselho Executivo da ANFIP Nacional, Vilson Romero, em reunião realizada no fim de agosto/16 com dirigentes e representantes da ANFIP-MG, em Belo Horizonte, “estamos enfrentando a batalha do resto dos nossos dias”.

Um dos temas em evidência para os Auditores-Fiscais é, justamente, o polêmico reajuste da categoria, que se arrasta desde março de 2015. Ele está inserido no Projeto de Lei (PL) 5.864/16 — dispõe sobre a carreira Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil e institui o programa de remuneração variável do órgão —, que está tramitando em Comissão Especial da Câmara dos Deputados.

Do jeito que está, o PL 5.864/2016 contempla uma parte não remuneratória — que foi corroborada e assinada pela ANFIP — e outra remuneratória, com a qual a entidade não concorda, já que prevê a transformação do subsídio em vencimento básico mais Bônus de Eficiência e Produtividade, além da quebra da paridade entre ativos, aposentados e pensionistas.

Muitos têm questionado se o

aumento da remuneração será aplicado ainda este ano, ou se será retroativo a agosto, data estipulada no acordo firmado com o governo em março de 2016. Para essas questões, infelizmente, não há resposta, já que o cenário político e econômico do país é instável, sobretudo no que diz respeito à conduta de um governo que está se (re)estruturando.

O fato é que a ANFIP, com o apoio da ANFIP-MG, tem defendido alterações significativas no referido PL, de modo a garantir que os Auditores-Fiscais não percam a forma de remuneração por subsídio, com manutenção da paridade. Em Assembleia Geral Extraordinária, promovida pela ANFIP, no dia 26 de julho, 80% dos associados decidiram que a atuação da entidade deve se dar nesse sentido.

Lutamos, então, pela Emenda nº 14 (substitutiva global ao PL), proposta pela Nacional e apresentada pelo deputado federal Arnaldo Faria de Sá (PTB/SP). Diante desse fato, a mobilização e o trabalho parlamentar têm sido intensos (veja na página ao lado).

Mas é importante que todos se mantenham atentos e participem.

TODOS!

Segundo o relator do PL, deputado federal Wellington Roberto (PR/PB), seu relatório seria apresentado à Comissão Especial na semana do dia 12 de setembro, após audiência pública sobre o tema que também seria realizada naquela data, mas acabou sendo adiada para o dia 4 de outubro.

Como o Congresso Nacional entrou em “recesso branco” (parlamentares se dedicam à campanha eleitoral até as eleições), mais do que nunca, é imprescindível que continuemos firmes na luta.

A ANFIP está disponibilizando um sistema de envio de mensagem aos deputados sobre o PL 5.864/2016, possibilitando pressão e participação massiva.

Acesse o endereço [http://www2.anfip.org.br/\\_faleAnfip/](http://www2.anfip.org.br/_faleAnfip/) e encaminhe sua mensagem (o texto já está pronto, bastando colocar o nome e o email).

Pode ser repetitivo, mas, mais uma vez, fazemos um apelo: participe da mobilização; só teremos êxito se TODOS se engajarem. Afinal, “estamos enfrentando a batalha do resto dos nossos dias”.

## VICE-PRESIDENTE EXECUTIVA

## Olhos atentos e interação constante



Ao me candidatar, ao Conselho Executivo da ANFIP-MG nas últimas eleições, minha principal motivação foi a vontade de doar meu trabalho a essa entidade que, ao longo do tempo, muito tem contribuído para o fortalecimento de nossa categoria, com garra e persistência.

Eleita, foi grande a expectativa e também — por que não — a inquietude com relação à área em que iria atuar. São muitas as frentes de trabalho na Associação e me perguntava em qual delas poderia melhor colaborar

com a nova equipe que assumiria a direção da casa.

Finalmente, a escolha para o cargo de vice-presidente Executiva, o que me trouxe novos horizontes de ação. Descobri que a VP Executiva é aquela personagem que se enquadra e está presente na maioria das situações desenvolvidas, rotineiramente, pela ANFIP-MG. Ela participa, conforme estipulado no próprio estatuto social, de todos os acontecimentos, ações e desafios diários.

Além de substituir a presidente em seus afastamentos e de assessorá-la no desempenho de suas tarefas, é preciso muita dedicação e olhos atentos aos acontecimentos e necessidades das demais vice-presidências, com o propósito de

responder e interagir, prontamente, às suas demandas e solicitações.

Agora mesmo, recém-chegada à nova atribuição, já me integrei ao projeto desenvolvido pela VP de Administração, que está redesenhando e modernizando o modelo de gestão até então praticado na área. As reuniões, entrevistas, relatórios e diagnósticos produzidos têm contado sempre com a nossa colaboração.

Tenho certeza de que novos desafios e novas demandas surgirão ao longo desta jornada, mas estarei pronta a colaborar, intervir e dialogar para alcançar o melhor resultado e, claro, a valorização constante de nossa categoria.

Ana Lúcia Guimarães Silva  
Vice-presidente Executiva

## FALE CONOSCO



www.anfipmg.org.br



anfipmg@anfipmg.org.br



www.facebook.com/anfipmg



(31) 3201-3582



Órgão Informativo da Associação dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil em Minas Gerais ANFIP-MG

Fundador: Benedito César

## CONSELHO EXECUTIVO

## Titulares

**Ilva Maria Franca Lauria**  
Presidente

**Ana Lúcia Guimarães Silva**  
Vice-Presidente

**Mara Calábria**

Vice-Presidente de Administração

**Maria José Soares Freire**

Vice-Presidente de Finanças e Patrimônio

**Maria José Comanduci**

Vice-Presidente de Políticas de Classe e Cultura Profissional

**Marcos Barbonaglia da Silva**

Vice-Presidente de Comunicação e Relações Públicas

**Maria Lisboa Macedo**

Vice-Presidente de Aposentados e Pensionistas e Serviços Assistenciais

**Maria Teresa Teixeira de Lara**

Vice-Presidente de Esportes e Eventos Sociais

**Lázaro Idino Bagliano**

Vice-Presidente de Assuntos Jurídicos

## Suplentes

**Nelson Madalena Penitente**  
1º Suplente

**Maria da Consolação Santos Oliveira**  
2º Suplente

**Maria de Fátima Carvalho Ponso**  
3º Suplente

**Walter Gandi Delogo**  
4º Suplente

**Angela Maria de Carvalhos Levy**  
5º Suplente

## CONSELHO FISCAL

## Titulares

**Sebastião Lenes Freire Murta**  
Presidente

**Maria Madalena Vieira**

Coordenadora

**Ana Emília W. Roosevelt Coutinho**  
Relatora

## Suplentes

**Maria Madalena Theodora**  
1º suplente

**Ângela Maria Lamounier**  
2º suplente

**Gabriel da Silva Neto**  
3º suplente

## REPRESENTANTES ANFIP-MG

**Wânia de Fátima Paiva Pimentel**  
(Belo Horizonte)

**Gabriel da Silva Neto**

(Contagem)

**Inês Rodrigues Calil Daher**  
(Uberlândia)

**Lázaro Idino Bagliano**  
(Coronel Fabriciano e Gov. Valadares)

**Luiz Roberto Aguiar**  
(Uberaba)

**Marcos Barbonaglia da Silva**  
(Poços de Caldas)

**Maria Inês Pereira Dias**  
(Divinópolis)

**Maria Regina de Souza**  
(Varginha)

**Albertina Maria Fonseca**  
(Sete Lagoas)

**Reginaldo Marques Botelho**  
(Montes Claros)

## Conselho Editorial

Ilva Franca Lauria, Ana Lúcia Guimarães, Marcos Barbonaglia da Silva e Maria de Fátima Ponso

## Jornalista responsável:

**Giuliano Peixoto**  
(Reg. Prof. MG 15069 JP)

Editoração eletrônica:  
**Giuliano Peixoto**

Tiragem: 1.100 exemplares

## Fale com a ANFIP-MG:

(31) 3201-3582 | Fax: (31) 3201-4829

Email: [anfipmg@anfipmg.org.br](mailto:anfipmg@anfipmg.org.br)

Site: [www.anfipmg.org.br](http://www.anfipmg.org.br)

End.: Rua Carijós, 150, 7º Andar, Centro, Belo Horizonte-MG

Os artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores e não refletem, necessariamente, a opinião do jornal ou da ANFIP-MG.

## ANFIP-MG REALIZA REUNIÃO COM O PRESIDENTE DA ANFIP

Aconteceu, no dia 26 de agosto, na sede da ANFIP-MG, em Belo Horizonte, uma reunião entre o presidente do Conselho Executivo da ANFIP, Wilson Antonio Romero, os membros dos Conselhos Executivo e Fiscal da Associação mineira, seus suplentes, e os representantes da entidade no interior do estado.

Na ocasião, Romero esclareceu o trabalho conduzido pela ANFIP — com o apoio das associações regionais, inclusive da ANFIP-MG — no andamento da Campanha Salarial, destacando a defesa do subsídio e da paridade.

Ele explicou o teor do PL 5.864/16 — que dispõe sobre o reajuste salarial dos Auditores-Fiscais e está em tramitação no Congresso Nacional — apontando seus aspectos negativos — especificamente no que diz respeito à pauta remuneratória —, prejudiciais à maioria da categoria. “Com a transformação do subsídio em vencimento básico, o PL contraria conquistas de parcela expressiva dos mais de 30 mil Auditores-Fiscais ativos, aposentados e pensionistas e abre possibilidade para a inevitável judicialização de mais uma rubrica remuneratória”, pontuou.

O presidente da ANFIP informou que a Associação está trabalhando em uma emenda global substitutiva ao PL que está atualmente no Congresso, além de já ter traçado estratégias alternativas, caso essa emenda não seja aprovada, com apresentação de emendas ao texto original do PL, garantindo a paridade. “Agora, precisamos intensificar o trabalho parlamentar, principalmente nas bases”, observou.

Por fim, Romero informou que a Associação está contatando bancas renomadas para formular notas técnicas e pareceres contra o PL, para embasar a atuação judicial, caso seja necessário.

Na sequência, os participantes da reunião tiveram a oportunidade de esclarecer dúvidas sobre ações judiciais, planos de saúde, entre outras atividades desenvolvidas pelo Conselho Executivo da entidade.



Giuliano Peixoto

## AJUSTES NO PL 5.864/2016

Fotos: Arquivo Ilva Franca



O deputado federal Wellington Roberto (PR/PB), ao centro, é o relator do PL 5.864/2016.

A ANFIP-MG realizou contato com deputados federais e alguns de seus assessores, entre os dias 22 e 24 de agosto e 12 e 14 de setembro de 2016, em Brasília, para esclarecer os principais pontos do Projeto de Lei 5.864/16, que trata da remuneração dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (RFB) e da parte não remuneratória. Foram contatados, inclusive, integrantes da Comissão Especial destinada a emitir parecer sobre o PL, dentre eles, o presidente da Comissão, deputado federal Júlio Delgado (PSB/MG), e o relator, deputado federal Wellington Roberto (PR/PB).

Durante o trabalho parlamentar, membros do Conselho Executivo e associadas da entidade apresentaram argumentos contra o fim da paridade entre ativos, aposentados e pensionistas, consequência da transformação do subsídio

em vencimento básico e a criação de um bônus de eficiência com percentuais decrescentes para aposentados e pensionistas.

A maioria dos deputados não tinha conhecimento da inconstitucionalidade da quebra da paridade constante do PL e todos defenderam que sejam feitas emendas de modo a preservar esse direito garantido a 94% dos mais de 30 mil Auditores-Fiscais da RFB. Na ocasião, o deputado Júlio Delgado afirmou que a Constituição deve ser respeitada.

Participaram do trabalho parlamentar a presidente do Conselho Executivo, Ilva Franca Lauria, a vice-presidente de Política de Classe e Cultura Profissional, Maria José Comanduci, e as associadas Eliana Cristina Vinhas, Maria da Consolação Oliveira (suplente do Conselho Executivo) e Sandra Maria Ricaldoni Lima.



Deputado federal Aelton Freitas (PR/MG).



Deputado federal Lincoln Portela (PRB/MG).



Deputado federal Marcos Montes (PSD/MG).

## VAMOS MUDAR O NOME DO JORNAL

O Conselho Executivo da ANFIP-MG aprovou a mudança do nome do jornal da Associação, já que o atual — O FISCAL — não está mais em consonância com o cargo que é ocupado, atualmente, pelos Auditores-Fiscais, antes denominados apenas Fiscais.

Para isso, sua participação é fundamental. Afinal, os associados são a razão da existência da entidade. Nesse sentido, até o dia 10 de novembro de 2016, estará aberta a consulta para apresentação de sugestões de nomes.

Para que você possa exercer o direito de indicar o nome de sua preferência, basta enviar a sugestão para o email [comunicacao@anfipmg.org.br](mailto:comunicacao@anfipmg.org.br), pela fanpage ([www.facebook.com/anfipmg](http://www.facebook.com/anfipmg)) ou pelo Fale

Conosco do site da Associação (<http://www.anfipmg.org.br/index.php/fale-conosco>).

Todas as mensagens serão respondidas, o que servirá como comprovação de recebimento. Você também pode encaminhá-la pelos Correios, com Aviso de Recebimento (AR).

Encerrado o prazo para o envio das sugestões de nomes para o jornal, será feita a apuração e os 03 (três) nomes com o maior número de indicações comporão uma enquete para que todos votem, o que acontecerá ainda no mês de novembro de 2016.

O nome que obtiver a maior votação — dentre os três mais indicados — passará a identificar nosso principal informativo. Participe!

## CERIMÔNIA DE POSSE

# AGRADECIMENTOS E REAFIRMAÇÃO DA LUTA

A ANFIP-MG realizou, no dia 26 de agosto, no Crea Cultural, em Belo Horizonte, a cerimônia festiva de posse dos Conselhos Executivo e Fiscal eleitos para o biênio 2016/2018, que contou com a presença de parlamentares, autoridades da Receita Federal e dirigentes da ANFIP.

No evento, a ex-presidente do Conselho Executivo (CE), Sineida Ribeiro Sales, enalteceu a capacidade e experiência dos novos conselheiros e ressaltou a importância do quadro associativo — “que são a razão da existência da Associação” — agradecendo a todos que compareceram às urnas e legitimaram, com seus votos, as escolhas dos membros eleitos.

Ela também exaltou a atuação do CE que encerrou o mandato, destacando os desafios nos meses em que atuou como presidente, em substituição ao ex-presidente Afonso Ligório, a quem homenageou pelo “brilhante trabalho na ANFIP-MG, por um ano e meio”.

Por fim, Sineida lembrou a atuação do Conselho Fiscal (CF), destacando seu excelente relacionamento com o CE, sem prejuízo ou concessões quanto à eficiência técnica e ao necessário controle das contas da ANFIP-MG, e agradeceu os funcionários e, em especial, a assessora Elizabeth Kon, além de registrar que a força da entidade está acima de nomes e de pessoas. Sineida desejou muito sucesso aos empossados.

O coordenador do Conselho de Representantes da ANFIP, Jorge Cezar Costa, pontuou que as presença dele e do presidente do Conselho Executivo da Nacional demonstram o respeito e admiração pelo povo mineiro. Ele parabenizou os colegas mineiros, sobretudo, pelo trabalho parlamentar e por terem levado à cerimônia dois grandes representantes do Congresso Nacional.

## MOMENTO DELICADO E TRABALHO NA BASE

O Presidente do Conselho Executivo da ANFIP, Vilson Antonio Romero, também destacou como muito importante a presença dos parlamentares, mencionando o momento delicado pelo qual os Auditores-Fiscais estão passando. Ele pontuou que, para que o trabalho da defesa do subsídio e da paridade vá adiante, “contamos com o apoio de todos os associados e dos senhores parlamentares, em especial aqueles que integram a Comissão Especial que aprecia o PL 5864/16 (dispõe sobre o reajuste da carreira)”, ressaltou.

Vilson Romero defendeu que só com a energia, a força, a unidade de cada uma das associações estaduais e com o trabalho parlamentar nas bases muito atuante e forte, a ANFIP poderá, cada vez mais, em nome de seus associados, ser vitoriosa. Por fim, ele agradeceu e desejou sucesso à renovação da ANFIP-MG e que a entidade esteja sempre à frente das lutas de todos os Auditores.



## Gestão compartilhada para muitos desafios

A presidente do CE no biênio 2016/2018, Ilva Franca Lauria, disse estar honrada por ter sido eleita presidente da ANFIP-MG mais uma vez e agradeceu os votos depositados em todos os conselheiros, com os quais afirmou que está sendo ótimo trabalhar.

Ela propôs fazer uma gestão compartilhada, já que “estamos vivendo dias difíceis, com muitos desafios reais e sérios. Esperamos que todos deem sugestões e também participem do trabalho parlamentar que estamos fazendo para mantermos a paridade entre ativos e aposentados”, postulou. Ela afirmou que apenas com trabalho e fé, “vamos conseguir resgatar e manter direitos adquiridos por longos anos, inclusive aqueles referentes à contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas, que estamos lutando para derrubar, por meio da PEC 555/2006”, lembrou.

Ilva recordou ainda a participação ativa da ANFIP-MG nas mobilizações da categoria durante a Campanha Salarial 2015/2016 e nas negociações com o Governo e com a Administração, sempre defendendo a paridade entre ativos, aposentados e pensionistas, já que trata-se de um direito constitucional. “Em julho, o Projeto de Lei 5.864/16 — que dispõe sobre a carreira tributária e aduaneira da Receita Federal do Brasil — foi enviado ao Congresso Nacional. Estamos apresentando aos parlamentares argumentos para a manutenção da paridade. O trabalho será árduo, mas sempre vale a pena lutar por nossos direitos adquiridos por longos anos”, ressaltou.

Ilva Franca fez agradecimentos gerais, com destaque para os integrantes dos Conselhos Executivo e Fiscal no biênio 2014/2016; para os membros da Comissão Eleitoral; e aos representantes, assessores e funcionários da ANFIP-MG, além das autoridades, dirigentes da ANFIP e, sobretudo, aos parlamentares e seus

assessores.

Ela ainda fez dois agradecimentos especiais: o primeiro, ao ex-presidente Afonso Ligório, “que esteve conosco até dezembro de 2015, nos apoiando e participando ativamente dos eventos durante a campanha salarial 2015/2016 — cafés com parlamentares, seminários e os que foram promovidos pela Frente Mineira de Defesa do Serviço Público, que a ANFIP-MG coordena —, e o segundo, em especial, à minha família e às meninas que trabalham em minha casa. Não sei o que seria de mim se não fossem essas pessoas maravilhosas com quem convivo todos os dias. Enfim, desejo que tenhamos uma boa gestão”, finalizou.

Compuseram a mesa de honra da cerimônia a presidente do Conselho Executivo (CE), Ilva Franca Lauria; a ex-presidente do CE, Sineida Ribeiro Sales; o presidente da ANFIP, Vilson Antonio Romero; o coordenador do Conselho de Representantes da ANFIP, Jorge Cezar Costa; o presidente do Conselho Fiscal (CF), Sebastião Lenes Freire Murta; a ex-presidente do CF, Terezinha de Jesus Franco Gonzaga; o superintendente-adjunto da Receita Federal do Brasil na 6ª Região Fiscal, Flávio Antônio Souza Abreu, representando o superintendente Hermano Lemos de Avellar Machado; o superintendente de Administração do Ministério da Fazenda em Minas Gerais, Acácio Cândido da Silveira Santos; o presidente da Comissão Eleitoral da ANFIP-MG, João Sérgio Nazareth; e os deputados federais Jô Moraes (PCdoB/MG) e Lincoln Portela (PRB/MG)

Ainda marcaram presença os representantes dos deputados federais Luis Tibé (PTdoB) e Bonifácio de Andrada (PSDB/MG), Edilson Nascimento e Célio Valença, respectivamente; o vice-presidente de Assuntos da Seguridade Social, Décio Bruno Lopes, e Maria Geralda Victor, do Conselho Fiscal da ANFIP; o presidente do Sindifisco Nacional DS BH, Gabriel Correa Pereira; e o presidente e a diretora financeira adjunta da Affemg, Sinval Pereira da Silva e Maria Aparecida Neto Lacerda e Meloni, respectivamente.

## ENTREVISTA

# ILVA FRANCA LAURIA

Presidente do Conselho Executivo da ANFIP-MG



**Em seu segundo mandato como presidente do Conselho Executivo da ANFIP-MG (o primeiro foi no biênio 2012/2014), a Auditora-Fiscal Ilva Franca Lauria, falou ao jornal O FISCAL sobre os desafios da Associação nos próximos dois anos, sobretudo no campo político — na luta pela manutenção e conquista de direitos. Confira como foi o papo com a presidente.**

**Como você avalia a eventual renovação dos Conselhos Executivo e Fiscal e como isso pode determinar a atuação da ANFIP-MG nos próximos dois anos?**

Renovar é sempre muito bom. É gratificante trabalhar com colegas que já participaram de gestões anteriores da ANFIP-MG e que, por algum motivo, estiveram temporariamente afastados, mas agora retornaram para nos ajudar em nossas lutas! Acredito que retornaram em excelente momento, pois estamos vivendo dias difíceis, com desafios reais e muito sérios. Sabemos que eles não serão resolvidos fácil e harmoniosamente. Por isso, precisamos muito de união e engajamento. Acho que pessoas com o ânimo renovado e a vontade de trabalhar podem contribuir de forma decisiva.

**Na sua opinião, quais são os principais desafios que a Associação terá nesse período?**

No momento, o principal é o Projeto de Lei (PL) 5.864/16 — que trata da carreira de Auditoria da Receita Federal do Brasil, que encontra-se sob análise de uma Comissão Especial, na Câmara dos Deputados. Ela está encarregada de emitir parecer sobre a procedência dos itens contidos no PL. Outro desafio, que retomaremos já, é a luta pela aprovação das PECs 555/2006, 186/2007 e 102/2015.

**Nesse sentido, como a ANFIP-MG pretende atuar para continuar defendendo os direitos dos Auditores-Fiscais e dos servidores públicos em geral e o que a entidade deve fazer para atrair mais associados para o seu quadro?**

Basicamente, os direitos dos Auditores-Fiscais estão delineados nessas matérias que já citamos, além de outros assuntos que estão sendo debatidos, como a reforma da Previdência Social — cujo conteúdo da proposta afetará, diretamente, não



Fotos: Giuliano Percego

só os trabalhadores da iniciativa privada, como o conjunto dos servidores públicos federais, estaduais e municipais; o PLP 257/2015 — que foi aprovado na Câmara, está no Senado sob o número PLC 54/2016 e estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal, com possíveis prejuízos aos servidores públicos; a PEC 241/2016 — que impõe limite nos gastos públicos durante os próximos 20 anos, também com possíveis danos ao serviço público; e o PLS 537/2015, que subtrai competências administrativas dos Auditores-Fiscais.

A ANFIP-MG, em conjunto com a ANFIP, estará firme na atuação contra quaisquer prejuízos à categoria. Contudo, precisamos do apoio de todos para obtermos êxito.

**Como será, nesta gestão, a interação com a ANFIP Nacional?**

Desde o início de nossa gestão, estamos trabalhando em parceria com a ANFIP Nacional. Recebemos constante apoio da entidade e pretendemos continuar com essa interação. Até porque, ANFIP-MG é um braço da Nacional. Muitos projetos desenvolvidos aqui podem repercutir nacionalmente. Mas tudo depende do trabalho conjunto.

**Como você avalia a importância da participação e a efetividade da ANFIP-MG nas mobilizações da Campanha Salarial 2015/2016?**

Desde o início das negociações com a Administração e com o Governo, em março de 2015, a ANFIP-MG tem participado ativamente da Campanha Salarial. Com a votação da PEC 443/2009 — em agosto daquele ano —, na qual os Auditores-Fiscais não foram incluídos, ocorreu, em todo o país, um enorme descontentamento e um acirramento das mobilizações em defesa da

categoria. A ANFIP-MG, juntamente com a DS BH (Sindifisco Nacional), promoveu audiências, reuniões e cafés com parlamentares, quando foi demonstrada a importância do cargo de Auditor-Fiscal para a Receita Federal e para o país.

Em março de 2016, depois de muita pressão e mobilizações o acordo salarial foi assinado na íntegra pelo Sindifisco Nacional, mas a ANFIP assinou apenas o que tratava da pauta não remuneratória, pois não concordou com a alteração da forma de remuneração (de subsídio para vencimento básico mais bônus de eficiência).

A pauta não remuneratória prevê a valorização do Auditor-Fiscal e o fortalecimento institucional da Receita Federal, dispendo, por exemplo, sobre o reconhecimento do Auditor-Fiscal como autoridade tributária e aduaneira.

Já a remuneratória, como eu disse, institui a quebra da paridade, o que não aceitamos de forma alguma. Por isso, continuamos na luta, defendendo as alterações no PL 5.864/16, que citei antes.

**O que você acha que é preciso fazer para garantir maior participação nessas mobilizações pela defesa dos direitos dos Auditores-Fiscais?**

Desde o início da Campanha Salarial, a ANFIP-MG tem esclarecido os acontecimentos e os principais anseios da categoria, nos encontros, reuniões e até mesmos nos eventos festivos. A participação dos associados aumentou um pouco, mas não o suficiente para podermos barrar a perda de direitos adquiridos. Temos que nos conscientizar que só teremos êxito em nossas demandas se a maioria participar das assembleias, mobilizações e do trabalho parlamentar. Não há outro caminho.

**Você poderia deixar uma mensagem aos associados?**

Nesses momentos turbulentos e de muita insegurança temos que nos unir e participar das ações, atos e mobilizações que as entidades que nos representam promovem. Há muitos anos, as entidades resolviam muitas situações relativas às condições de trabalho e de salário. Mas, hoje em dia, temos que participar ativamente e presencialmente das mobilizações e fazer VALER nossa vontade. Por isso, conclamo todos os associados a se inteirar e participar da gestão da ANFIP-MG no biênio 2016/2018. Queremos fazer uma gestão compartilhada; mas, para isso, precisamos do apoio de todos. Vamos juntos!



**A ANFIP-MG, em conjunto com a ANFIP, estará firme na atuação contra quaisquer prejuízos à categoria. Contudo, precisamos do apoio de todos para obtermos êxito.”**

## NOVOS ASSOCIADOS

**Alcina Garcia Araújo** | Pensionista-BH

**Jacqueline Garcia Araújo** | Pensionista-BH

**Maria Cristina Machado Nogueira Maia** | Aposentada-BH

**Maria Inês Simões de Moura e Silva** | Pensionista-BH

**Maria José Jardim Freire** | Aposentada-BH

**Paulino Seiji Kuzuhara** | Ativo-BH

**Silvana Maria Solis Gonçalves** | Ativa-BH

**Wagner Rodrigues Maia** | Aposentado-BH

*A ANFIP-MG agradece aos novos associados e se compromete a aprimorar cada vez mais as ações que atendam, de forma efetiva, aos interesses e expectativas de todos em favor do fortalecimento e da união de toda a categoria.*

## ANIVERSARIANTES

### OUTUBRO

Luis Carlos Miranda Smith.....	01
Maria Odila de Lima Garcia.....	01
Regina Martins Rocha.....	01
Ângela Terezinha de Castro Ferreira.....	02
Maria Emília de Magalhães Barreto.....	02
Marília Cabral Pinto.....	02
Eduardo Tadeu Farah.....	03
Maria de Fátima Silvestre.....	03
Aristea Fonseca Barbosa.....	04
Francisco de Assis Silva Araujo.....	04
Nadir Maria Carvalho dos Santos.....	04
Noêmia Damato Dutra.....	04
Otávio Rodrigues Souza Filho.....	04
Djalma de Almeida Porto.....	05
Márcia Maria de Souza Correa.....	05
Sônia Maria Aguiar Siqueira.....	05
Mariângela Eduarda Braga Binda.....	06
Glaston Urbano Ribeiro.....	07
Jesus Aristóteles de Faria.....	07

Alairton José de Souza.....	08
Nadyr Gomes Pereira.....	08
Ana Maria Castro Nascimento.....	09
Ivone de Sousa Barbosa.....	09
Naciffe Jacob.....	09
Maria Selma de Carvalho.....	10
Félix Pereira de Andrade.....	11
Ledamar Graças Marques.....	11
Margot Andrade Silva de Alvarenga.....	11
Isac Jacob Joukhadar.....	12
Maria de Lourdes Miranda do Vale.....	12
Cyro Moraes da Franca.....	13
Efigênia Chaves Janoni.....	13
Heber Gideoni Batista.....	13
Mário Borges do Amaral.....	13
Antônio Augusto Garcia.....	14
Yvone Lacerda Machado.....	14
Elson Jesus Vieira.....	15
Humberto de Berredo Menezes.....	16
Joelson Souza Oliveira.....	16
Maria Alice Steinherz Hippert.....	16
Mônica Cesar Lafeté Couto.....	16

Elvira Corrêa da Silva.....	17
Hebe Ribeiro Portella.....	17
Iracema Arantes Corrêa.....	17
Maria da Conceição Chaves Campos.....	17
Mariza Maria Roman Guerra.....	17
Telma do Carmo Ferreira.....	17
Jane de Figueiredo Passos.....	18
Nacipe Jacob.....	18
Roberto Ventura.....	18
José Agnaldo Alves de Almeida.....	19
Mara Calabria.....	19
Marília Therezinha Martins Rosa.....	19
William José Devoti.....	19
Miguel Farah.....	20
Geraldo Márcio Secundino.....	21
Maria de Lourdes Fernandes.....	21
Edson Kurschus de Oliveira.....	22
Vera Lúcia da Silva Ferreira.....	22
Conceição de Lourdes Panattoni Chaves.....	23
Elizabeth Vaz Barbosa.....	23
Maria Margarida Rosa Vieira.....	23
Vilma Magalhães Pampolini Pereira.....	23

Helder Geraldo Miranda de Oliveira.....	24
Mário Gomes Ferreira.....	24
José de Paula Silveira.....	25
Maria da Glória Guimarães Bacelar.....	25
Ozair Geraldo dos Santos.....	25
Terezinha Ribeiro Zanoni.....	25
Geraldo Alves de Souza.....	27
Rogério Branco Cerqueira.....	27
Silvano Antônio Moreira.....	27
Wilma Beatriz de Freitas Pinto Coelho.....	27
Marcos Barbonaglia da Silva.....	28
Victorino Sérgio Meirelles.....	28
Catharina Evanda Silveira.....	29
Maria Auxiliadora Alves Ferreira.....	29
Ademir Ribeiro de Sousa.....	30
Ilka Pereira Coutinho.....	30
Jairo Luiz Ragone de Araújo.....	30
Janir Loureiro Araújo.....	30
Ana Paula da Silva.....	31
Antônio Medeiros da Silva.....	31
Maria Auxiliadora Soares Ferreira.....	31
Reginaldo Marques Botelho.....	31

### NOVEMBRO

Clér Cúneo Varella Rodrigues.....	01
Henrique José Amorim de Almeida.....	01
Sandra Maria de Oliveira.....	01
Deonísio Antônio do Nascimento.....	02
Irene Stark Aroeira.....	02
Izabel Cristina Severino.....	02
Vanilda Inácia de Almeida.....	02
Helenice Eulina Santana.....	03
Silas Rickli Costa.....	03
Cleonice Grisolia de Oliveira.....	04
Creuza Lima de Oliveira.....	04
Helvecio de Oliveira Lima.....	04
Leny Azevedo Fonseca.....	04
Maria Inês Pereira Barbosa de Gouveia.....	05
Irene Muniz da Silva.....	06
José Romualdo Quintão.....	06
Luiz Ulisses Elmaes Bittencourt.....	06
Maria das Graças Coelho Pinto.....	06
Neusa Martins Assumpção.....	06

Wilma Fontes Bessa.....	06
Antônio Perboyre Monteiro de Moura.....	07
Maria das Graças S. Campos de Pinho.....	07
Cyneria Leite Campos.....	08
Eunice Raquel Figueiredo Aguiar.....	08
Marcos Pawlowski.....	08
Álvaro França Malta.....	09
Antônio Eustáquio Silva.....	09
Neusa Gauderetto Martins.....	10
Odete Pinto Caldeira.....	10
Idalina da Conceição Soares Carrusca.....	11
Joacy Madeira Cruz.....	11
Lucia de Cássia Cyrillo.....	11
Heloísa Conceição dos Santos Pessoa.....	12
Maiby Gomes Freire Rezende.....	12
Maria da Consolação dos Santos Oliveira.....	12
Maria de Lourdes Castro Paes.....	12
Maria José de Lima.....	12
William Soares.....	12
Ana Maria Braga.....	13
Clarice Martini Duarte Moura.....	13
Maria de Fátima Couri Gamonal.....	14
Marineuza Sartori Carmanini.....	14

Albertina Maria Fonseca.....	15
Emma do Carmo P. Lanna de Oliveira.....	15
Eunice Abreu Moreira de Freitas.....	15
Adelermo Orlando.....	16
Carmelita Cardoso Gambogi.....	16
Heriberto Reátegui.....	16
Miriam Soledad Gonçalves Dilly.....	16
Ignez Nogueira Mourao.....	17
Wânia Renault de Oliveira.....	17
Yolanda Maria Ribas.....	17
Elísio Ernesto Gomes Dantas.....	18
José Fernando Bittencourt.....	18
Rose Mary Melo Andreata.....	18
Selma Maria Londes.....	18
Maria Izabel de Oliveira Teixeira.....	19
Mário Domiciano Lima Rodrigues Vieira.....	19
Myrtle Pinheiro Caldas.....	19
Helenice Figueiredo Aguiar.....	20
Lúcia Nigro Alves Freire.....	20
Marcelino Gomes Ferreira Neto.....	20
Wilds Moreira Avelino.....	20
Jacyra Clemente de Freitas.....	21
Luzimar Demétrio Pereira da Luz.....	21

Paulo Graciano de Moraes.....	21
Ailza Maria Trevas Pereira.....	22
Belmiro Cezar Fuchs.....	22
Djalma José Fernandes.....	22
Francisco Guimarães Toledo.....	22
Roberto Terenzi Pinto.....	22
Elisabete Nery de Moraes.....	23
Márcia de Castro Duarte.....	23
Severino Antônio Silva.....	23
Maria da Conceição Guimarães.....	24
Silvana Souza Praça.....	25
Arethusa de Carvalho Gomide.....	26
Maurício Godinho Diniz.....	26
João Sérgio Nazareth.....	27
Tânia Soely Grijota.....	27
Afrânio Cardoso.....	28
José Antônio Dias Moreira.....	28
Maria Balbina de Oliveira e Souza.....	28
Maria Marly Dillon Ferreira.....	28
Paulo Geraldo Martins.....	29
José Orsi.....	30
Maria Áurea do Nascimento.....	30

## CLASSIFICADOS

■ Vendo automóvel Suzuki Grand Vitara 4WD 5P. Cor preta. Ano 2008/2009. 46.000 km. Única dona. Contato Ilva Franca. Tel.: (31) 99731-9441.

Anuncie: [anfipmg@anfipmg.org.br](mailto:anfipmg@anfipmg.org.br)

(31) 3201-3582

## FALECIMENTOS

**Sandra Godinho Santiago** | Ativa-Divinópolis (31/08/2016)

**Irani Coelho da Silva Cesari** | Colaboradora ANFIP-MG (15/09/2016)

*A ANFIP-MG solidariza-se com os familiares e, às colegas que se foram, que Deus ilumine seus caminhos.*

AUDITOR TALENTO ESPECIAL

# ACLAMADO PELO PÚBLICO



**Sucesso total! De musicalidade — lindas interpretações vocais e instrumentais — de poesia, temática, cenografia e de público. Assim foi a edição especial do Auditor Talento Musical, realizado no dia 1º de setembro, no Teatro de Câmara do Cine Theatro Brasil, em BH/MG.**

Com o teatro lotado, as Auditoras-Fiscais Regina Paletta, Rita Guerra e Terezinha Franco encantaram o público com inspiradas releituras de compositoras brasileiras de diversas épocas da MPB.

O show contou com os músicos Leonardo Barcellos (violino e bandolim), Geninho Mitre (baixo), Alcione Oliveira (percussão), Flo-

ra Guerra (vocal) e Esther Pereira (acordeon), todos sob a direção musical e arranjos de Marcílio Rosa (violão e guitarra). Ainda participaram do projeto a cantora Lígia Jacques — que cuidou da preparação vocal das cantoras — e do artista plástico Genin Guerra, que criou as ilustrações das artistas.

Essa edição especial do Auditor Talento Musical — que é um show musical promovido pela ANFIP-MG e a DS BH e conta com a apresentação de um Auditor-Fiscal (ou duplas e grupos) — foi realizado em parceria com o projeto Elas e tem a produção cultural de Luiz Trópia e Tadeu Martins.

## FESTA DE ANIVERSARIANTES ESPECIAL



A Festa dos Aniversariantes dos meses de julho a dezembro e a comemoração do Dia dos Pais aconteceram no dia 26 de agosto/16, no Crea Cultural, em Belo Horizonte, ocasião em que também realizou-se a cerimônia festiva de

posse dos Conselhos Executivo e Fiscal do biênio 2016/2018.

Em clima de muita festa e descontração e ao som da banda Girus, os convidados aproveitaram para dançar, colocar o papo em dia e aumentar ainda mais sua integração.



# PELA VALORIZAÇÃO DO AUDITOR-FISCAL DA RFB

Os últimos meses não têm sido fáceis para os Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (RFB), que estão sofrendo toda sorte de ataques em suas prerrogativas e na remuneração.

Não é segredo que integrantes de outros cargos tentam, de toda forma, usurpar as competências exclusivas dos Auditores, a quem é destinada a função de constituir o crédito tributário e executar procedimentos de fiscalização, dentre outras.

Como se não bastasse, até mesmo a Administração da RFB não dispensa o devido reconhecimento à importância dos Auditores para o desenvolvimento do país, colocando seus pleitos para escanteio.

Sendo assim, só nos resta a luta, corpo a corpo, junto ao Congresso Nacional, para que esta carreira essencial e típica de Estado efetive conquistas, em detrimento à perda de direitos e prerrogativas que estão querendo nos impor.

O foco dessa luta, no momento, é a defesa do subsídio como forma de remuneração e da paridade entre ativos, aposentados e pensionistas, uma vez que o Projeto de Lei (PL) 5.864/2016 — que trata do reajuste da categoria e dispõe sobre uma parte não remuneratória — prevê a transformação do subsídio (parcela única de remuneração) em vencimento básico mais Bônus de Eficiência e Produtividade, o que ameaça, inclusive a tipicidade e essencialidade da carreira para o Estado, equiparando-a com outras — também importantes, mas em graus diversos.

Nesse sentido, a ANFIP — com o apoio de suas coirmãs, inclusive a ANFIP-MG — defende a Emenda nº 14 ao referido PL, para que se mantenham o subsídio e a paridade. Até porque não há certeza sobre a efetividade do famigerado bônus, diante de tanto esforço do Governo em cortar gastos; vide a PEC 241/2016, que determina que a expansão do gasto público nos próximos 20 anos não poderá ser superior à inflação apurada no período anterior. A regra, que em termos reais congela o gasto público, priorizará no orçamento da União o pagamento dos juros e a amortização da dívida pública.

Mas não buscamos apenas isto. Temos outras duas importantes demandas em andamento. Uma é a PEC 186/2007, que assegura eficiência às Administrações Tributárias e do Trabalho, protegendo-as de ingerências externas na fiscalização tributária e no combate à sonegação, à corrupção e ao trabalho escravo. Ela se traduz em autonomia à efetiva atividade dos Auditores-Fiscais. Outra, é a PEC 102/2015, que equipara a remuneração dos Auditores-Fiscais a 90,25% do subsídio dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

Também é importante relembrar a necessidade do porte de arma aos Auditores, que muitas vezes são ameaçados no exercício de seu trabalho, por aplicarem a legalidade e moralidade sobre os interesses escusos dos que cometem crimes fiscais. O porte de armas é uma garantia que importa inibição e/ou repressão de eventuais atentados contra eles.

Outra luta incessante é a PEC 555/2006, que extingue, de forma gradativa, a contribuição dos servidores aposentados e dos pensionistas. Não nos esqueçamos dela. Em breve, voltaremos à carga, estrategicamente, para garantir que esse dano contra boa parte de nossa categoria seja aniquilado.

## PLS 537/2015 — MAIS UMA AMEAÇA

Há um tema importantíssimo para a sociedade brasileira e para os Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil, em especial, que tem passado despercebido tanto da sociedade organizada quanto de entidades representativas da categoria. Trata-se do deslocamento de competências constitucionais e legais do cargo de Auditor-Fiscal — de provimento exclusivo por meio de concurso público — para dirigentes governamentais de livre nomeação. O potencial ataque ao regime constitucional de aplicação da exação tributária vem no Projeto de Lei do Senado (PLS) 537/2015, que aguarda votação em Plenário.

No capítulo que trata do Sistema Tributário Nacional (Título VI, cap. I), a Constituição Federal (CF) estabelece que cabe à lei complementar estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre **lançamento tributário** (art. 146, III, b). Esta lei é o Código Tributário Nacional (CTN).

O CTN, por sua vez, estabelece que **competete, privativamente, à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento**, assim entendido o procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determinar a matéria tributável, calcular o montante do tributo devido, identificar o sujeito passivo e, sendo caso, propor a aplicação da penalidade cabível (art. 142).

Observa-se, então, que, por determinação constitucional, observada a legislação complementar, a competência de constituir o crédito tributário pelo lançamento é da autoridade administrativa. Nenhum órgão da administração federal tem essa competência, pois a lei resolveu destiná-la a um cargo, certamente para não subordinar tão sensível competência — de aplicar a legislação tributária ao patrimônio, à renda e ao consumo dos indivíduos — a instituições controladas pelo poder político.

A nosso ver, a legislação acertou ao fazer dessa forma, pois as paixões políticas não combinam, pelo menos em regimes democráticos, com a exação. Assim, o legislador deu a competência do lançamento tributário, e outras conexas, a um cargo técnico, que não se sujeita à livre nomeação ou exoneração, que pode formar sua convicção na aplicação do direito tributário aos potenciais fatos geradores de obrigações tributárias, num ato vinculado, alheio às paixões ou conveniências políticas. O cargo dessa autoridade administrativa, no âmbito da União, já teve diversos nomes

e hoje se chama Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil.

Além da competência do lançamento, o CTN reserva outras competências ao Auditor-Fiscal, por exemplo, no § único do artigo 116: “A autoridade administrativa poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, observados os procedimentos a serem estabelecidos em lei ordinária.”

Estabelecidas no regime constitucional as competências do Auditor-Fiscal, fica impedido o legislador ordinário de tentar subverter essa ordem, para, indevidamente, devolver ao poder político a exação. A própria CF prevê mais um impedimento a essa intenção, ao dispor que as funções de confiança e os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento (art. 37, V).

Mas o desejo do poder político de controlar a exação tributária constitui-se num espectro que vez ou outra ronda o Congresso Nacional, de modo a ameaçar a democracia brasileira. Sua manifestação contemporânea mais evidente se dá no PLS 537/2015.

O PLS 537/2015 atribui ao delegado da Receita Federal — cargo em comissão — a condição de autoridade administrativa que: (1) Determina a instauração do procedimento (art. 3º); (2) decide sobre a desconsideração dos atos ou negócios jurídicos praticados (art. 6º); (3) determina o resultado tributário produzido pela adoção dos atos ou negócios, especificando a base de cálculo, a alíquota incidente e os encargos moratórios (art. 6º, §1º, III).

O ataque à democracia, à CF, ao CTN e às competências dos Auditores-Fiscais ainda não teve resposta adequada da sociedade ou dos próprios Auditores e, assim, passou pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado, por unanimidade, sem que nenhuma emenda tivesse sido ao menos proposta. Ainda foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos, também por unanimidade e sem emendas, e agora está no Plenário, aguardando a Ordem do Dia para ser votado. Espero que não aguardemos a publicação no Diário Oficial para nos manifestarmos como categoria.

Isac Falcão  
Auditor-Fiscal da RFB

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO: AGF GONÇALO COELHO

RUA GONÇALO COELHO, 56, CIDADE NOVA. BELO HORIZONTE/MG. CEP: 31.170-970